

GRUPO BUDAI

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

São Paulo
2024

Plano de Recuperação Judicial consoante a Lei 11.101/2005, em atendimento ao art. 53, para apresentação nos Autos do Processo nº 1000865-65.2024.8.26.0260, em trâmite na 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados a Arbitragem das 1ª 7ª E 9ª RAJ (SP).PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

BUDAI INDUSTRIA METALÚRGICA LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 61.394.243/0002-27, com endereço na Estrada Antiga de Itu, nº 371, Galpão C, Itapevi – SP, CEP 06695-570, **NYAÇO BENEFICIAMENTO DE METAIS LTDA.**, sociedade empresária, inscrita no CNPJ/MF n. 57.462.574/0001-07, com sede na Estrada Antiga de Itu, nº 371, Galpão B, Itapevi – SP, CEP 06695-570, **NYLOG LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA.**, sociedade empresária, inscrita no CNPJ/MF n. 07.794.135/0001-15, com sede na Estrada Antiga de Itu, nº 371, Galpão A, Itapevi – SP, CEP 06695-570, (“**GRUPO BUDAI**”), doravante denominadas simplesmente “Recuperandas”, propõem o seguinte plano de recuperação judicial “PRJ”, em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei 11.101/2005 “LRF”.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

I – Considerando que, enfrentando dificuldades econômicas e financeiras, as Recuperandas ingressaram com o pedido de recuperação judicial, com fundamento na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 perante o MM. Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados a Arbitragem das 1ª 7ª E 9ª RAJ (SP) do Foro Central da Capital, Estado de São Paulo “Juízo da RJ”, processo registrado sob o nº 1000865-65.2024.8.26.0260, visando à superação da crise econômico-financeira;

II – Considerando que, em 14 de junho de 2024, foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de São Paulo a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial das Recuperandas, sendo nomeado como Administradora Judicial a empresa MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, representado pelo Dr. Júlio Matuch de Carvalho, inscrito na OAB/RJ sob nº 98885, com endereço na COMERCIAL – AVENIDA ANGÉLICA , 1761 - CJ 42, CONSOLAÇÃO - SÃO PAULO - SP - CEP 01227200, doravante denominada “Administrador Judicial”;

III – Considerando que atualmente as Recuperandas vêm mantendo as atividades, operando com base no atual capital de giro disponível e focando nos produtos mais rentáveis;

IV – Considerando que desde o pedido de recuperação judicial, até a data de entrega deste Plano de Recuperação Judicial “PRJ”, as Recuperadas iniciaram uma nova reestruturação operacional visando reduzir custos e aumentar a eficiência da produção, e, com base nessa nova estrutura que se está desenhando, disponibilizar parte de seus bens, operacionais ou não, como forma de pagamento dos credores;

V – Considerando que através deste Plano de Recuperação Judicial, as Recuperandas pretendem (i) honrar o pagamento de 100% dos credores sujeitos à recuperação judicial; (ii) preservar as atividades e a marca BUDAI, bem como concluir o processo de reestruturação e mudança das operações; (iii) aderir aos parcelamentos tributários mais atraentes e vantajosos para si e (iv) manter-se como fontes produtoras e geradoras de riquezas, tributos e principalmente empregos.

Assim, resolvem as Recuperandas apresentar este PRJ, com o propósito de alinhar a atual capacidade de pagamento com os passivos sujeito a recuperação judicial e extraconcursal.

As Recuperandas submetem este PRJ à votação pela assembleia geral de credores, que é soberana e tem autonomia para deliberar sobre a presente proposta de pagamento aos seus credores, respeitando-se aqueles que, por Lei, estão fora do processo recuperacional, mas têm que acatar a destinação dos bens aqui deliberada.

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O objetivo principal da recuperação judicial é viabilizar a superação da crise econômico-financeira dos devedores, aliada aos interesses de todos os credores inclusive do Fisco. Pretende-se, na forma da Lei, conciliar a manutenção e continuidade das atividades empresariais das Recuperandas com os pagamentos dos credores, de forma a propiciar o cumprimento das funções sociais das empresas.

Este Plano representa uma alternativa viável e real para o pagamento sustentável e ordenado das obrigações, permitindo a manutenção das fontes produtoras, dos empregos dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo a preservação das empresas e

enquadrando-as à realidade do seu segmento, tão atingido pela crise gerada pela pandemia do COVID 19.

2.2 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nos termos do art. 50 da LRF, apresentam-se os meios de recuperação, dentre outros, que poderão ser utilizados para viabilizar a superação de crise econômica e financeira das Recuperandas:

- (i) Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;
- (ii) Venda parcial de bens;
- (iii) Equalização de encargos financeiros relativos aos débitos sujeitos de qualquer natureza, especialmente os tributários por meio de adesão aos parcelamentos mais vantajosos e interessantes;
- (iv) Novação de dívidas do passivo sem constituição de novas garantias.

2.3 DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

2.3.1 DEFINIÇÕES

“Plano de Recuperação Judicial” ou “Plano” ou “PRJ”: trata-se deste documento, apresentado pelas Recuperandas;

“Administrador Judicial”: Representado pela MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, representado pelo Dr. Júlio Matuch de Carvalho, inscrito na OAB/RJ sob nº 98885, com endereço na COMERCIAL – AVENIDA ANGÉLICA , 1761 - CJ 42, CONSOLAÇÃO - SÃO PAULO - SP - CEP 01227200, nomeada nos autos da recuperação judicial;

“Alienação por Leilão”: procedimento de leilão para alienação dos bens propostos, realizado nos termos do art. 142, I da LRF;

“Alienação por Propostas Fechadas”: procedimento para alienação dos bens propostos, realizado nos termos do art. 142, II da LRF;

“Imóveis Acervo” ou “Imóvel Jandira” ou “Imóvel Barueri”: refere-se aos imóveis não operacionais que serão alienados na forma descrita neste PRJ e que está discriminado na cláusula 7.1 adiante;

“Imóvel Sede”: refere-se ao imóvel operacional que será alienado na forma descrita neste PRJ e que está discriminado na cláusula 7.1 adiante;

“Juízo da RJ”: Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados a Arbitragem das 1ª 7ª E 9ª RAJ (SP);

“Laudo de Avaliação”: estudo realizado para determinação do valor de mercado dos imóveis realizado por empresa especializada;

“Leiloeiros, Agentes Especializados e Corretores de Imóveis”: profissionais ou empresas a serem contratadas para assessoramento no processo de alienação dos bens propostos;

“LRF”: Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência do Empresário e da Sociedade Empresária - Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005;

“Continuidade dos Negócios”: trata-se da forma que se dará a continuidade das atividades das Recuperandas, descrita na cláusula 5 adiante;

“Recuperandas”: BUDAI INDUSTRIA METALÚRGICA LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 61.394.243/0002-27, NYAÇO BENEFICIAMENTO DE METAIS LTDA., sociedade empresária, inscrita no CNPJ/MF n. 57.462.574/0001-07 e NYLOG LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA., sociedade empresária, inscrita no CNPJ/MF n. 07.794.135/0001-15, ou em conjunto (“GRUPO BUDAI”).;

“Taxa Referencial” ou “TR”: é a taxa de correção monetária aplicada os créditos para efeito de pagamento nos termos do PRJ;

“Valor de Venda”: é o valor apurado dos ativos que serão alienados na forma descrita neste PRJ e que se encontram discriminados na cláusula 7.1 adiante e no anexo I deste documento.

3. OBJETIVOS DESTE ADITIVO AO PLANO

O objetivo principal das Recuperandas, ao distribuírem a recuperação judicial, foi o de viabilizar a superação da crise econômico-financeira em que se encontravam e, na forma da Lei, conciliar a manutenção e continuidade das atividades empresariais com o pagamento dos credores, de forma a propiciar não só o cumprimento das obrigações, mas também a função social.

Assim, o presente PRJ tem por objetivo viabilizar aos credores uma forma de pagamento que seja justa, factível e equilibrada, através da alienação de imóveis, sendo que o produto arrecadado será utilizado para o pagamento sustentável e ordenado das obrigações, bem como para permitir a adesão das recuperandas aos parcelamentos tributários mais interessantes e vantajosos, bem como para recompor e fortalecer o caixa e o capital de giro das Recuperandas. Os sócios das Recuperandas decidiram abrir mão de ativos para honrar as obrigações, especialmente com os credores.

Portanto, o presente PRJ tem como origem o anseio econômico de preservação dos negócios, aliado à possibilidade de pagamento aos credores e a manutenção das atividades das empresas. Resumindo, os principais objetivos do presente PRJ são: (i) preservar o negócio das Recuperandas como entidades econômicas geradoras de empregos, tributos e riquezas, assegurando o exercício da função social; (ii) permitir a superação da crise econômico-financeira, recuperando-se o valor econômico dos negócios e dos ativos; (iii) reestruturar as operações das Recuperandas; e (iv) atender os interesses dos credores, de forma a permitir o pagamento dos créditos, mediante estrutura de pagamentos baseada na alienação de parte dos ativos.

Este PRJ contempla as orientações jurisprudenciais, especialmente do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, e experiências noticiadas de centenas de empresários que acreditaram na desmobilização como uma alternativa para recuperar e investir em seus negócios e pagar seus impostos atrasados.

4. JUSTIFICATIVAS PARA A APRESENTAÇÃO DESTE PLANO.

As Recuperandas, por diversos motivos, não vinham conseguindo atingir a performance almejada pelos sócios. As Recuperandas não pouparam esforços para viabilizá-la, porém, devido ao baixo crescimento da economia brasileira, a falta de subsídios às pequenas e médias empresas, à pandemia do COVID 19 que paralisou o país e aos sucessivos prejuízos operacionais, o processo de reorganização e reestruturação não pôde ser concluído. Aliás, a pandemia fez um estrago no segmento das Recuperandas pois atingiu em cheio seus clientes e representantes – a maioria deles ligados ao segmento automotivo, que sofreu com a quebra da cadeia de fornecimento durante a pandemia, reduzindo drasticamente a produção de veículos. .

Diante desse cenário, a conclusão que se chegou seria a de capitalização das Recuperandas através da alienação de ativos, garantindo aos credores o recebimento dos seus créditos nas condições abaixo explanadas. Além disso, as Recuperandas poderão buscar a equalização do seu passivo fiscal, pois pretende - com parte dos recursos obtidos com a venda dos ativos e/ou com a utilização deles como garantia - aderir ou firmar parcelamentos mais vantajosos e atraentes.

Dessa forma, pode-se concluir com clareza e facilidade que o presente PRJ, conforme se verá logo adiante, quanto ao seu fundamento e utilização, representa um excelente formato de pagamento dos créditos trabalhistas e quirografários, com a alienação de parte dos ativos, operacionais ou não, que serão destinados para o pagamento dos credores, sendo a única forma vislumbrada pelas Recuperandas para reverterem tal situação. A falta de capital de giro é o único impedimento para as Recuperandas alavancarem suas vendas e seu faturamento, pois seu nome e sua marca ainda são respeitados no segmento.

Os sócios acreditam na empresa e na sua marca e, por isso, estão dispostos a abrir mão dos ativos em benefício da coletividade de credores, desde que respeitados todos os demais termos deste PRJ.

Ante ao já exposto e mais o que se propõem a seguir, com fundamentos de natureza econômica, financeira e creditícia, resta mais do que bem justificado o presente Plano, seja pela oportunidade de apresentar uma real forma de pagamento aos credores, seja pela real possibilidade de conclusão do processo de reestruturação.

5. CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES

As Recuperandas, com a alienação de seus ativos, e no prazo estipulado neste PRJ, pretende transferir sua sede para outro imóvel nesta Comarca ou em outra Comarca mais próxima, que será locado oportunamente, cujos custos e despesas serão menores, reduzindo drasticamente as despesas que possui hoje com o imóvel próprio. Com essa medida, as Recuperandas pretendem manter a mesma produtividade, porém em um espaço menor com, menos custos e despesas e com infraestrutura mais moderna.

Para finalizar o processo de reestruturação que se faz necessário para viabilizar as atividades operacionais das empresas, as Recuperandas pretendem alienar os seguintes ativos: (i) o imóvel sede da unidade industrial de Itapevi, que se tornará um ativo não operacional “Imóvel Sede”; (ii) o imóvel não operacional de Jandira “Imóvel Jandira” e (iii) o imóvel não operacional de Barueri “Imóvel Barueri”. Os dois imóveis não operacionais estão desocupados e, hoje, não tem serventia para as atividades das recuperandas.

A continuidade das atividades das Recuperandas dar-se-á: através da transferência das atividades e de todos os equipamentos das Recuperandas para um novo imóvel que será alugado após a aprovação do plano de recuperação pelos credores e a venda do “Imóvel Sede”, onde haverá a continuidade das atividades, respeitando-se o disposto no art. 133, § 1º, inciso II, do CTN¹.

Com isso, haverá a necessidade de finalizar o processo de mudança dos equipamentos para esse novo imóvel, o que demandará elevado gasto com adaptações estruturais e elétricas, transporte, desmontagem e montagem especializadas, instalação das máquinas, dentre outros, as quais as Recuperandas pretendem custear com parte dos recursos obtidos com a alienação dos ativos, ficando, desde já, estipulado o percentual de 10% (dez por cento) dos recursos arrecadados com a alienação dos ativos para essa finalidade, com a devida prestação de contas no processo de recuperação judicial.

Assim, as Recuperandas conseguirão manter as atividades empresariais em um volume suficiente para a continuidade do negócio e pagamento dos débitos que não serão quitados

¹ Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial:

I – em processo de falência;

II – de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial.

com a alienação dos ativos que será proposto adiante, alinhando com o princípio de preservação do negócio, nos termos da LRF, mas também demonstrando o desejo de realizar o pagamento dos credores, mesmo que para isso seja necessário à alienação de parte dos ativos.

Com a manutenção das atividades e a liquidação do passivo através da alienação dos ativos, as Recuperandas acreditam que terão plenas condições de superarem o momento de crise vivenciado, mantendo-se econômicas e financeiramente viáveis e capazes de honrarem com as obrigações. A redução de 100% do passivo com os pagamentos aqui propostos, com certeza, melhorará os resultados das Recuperandas e, conseqüentemente, das demonstrações financeiras. Com isso, as empresas atingirão os objetivos do artigo 47, da Lei n. 11.101/2005.

6. VISÃO GERAL SOBRE AS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO

A seguir serão explicitadas e conceituadas as formas identificadas como meios de recuperação das Recuperandas, definindo-se o modo e condições em que se concretizarão.

(i) Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas:

É indispensável que as Recuperandas possam, no âmbito da recuperação judicial e dentro dos limites estabelecidos pela Lei e por este Plano, reestruturar as dívidas contraídas perante os credores concursais, e extraconcursais. As empresas elaboraram uma forma de pagamento aos credores sujeitos e, dentro dos limites legais aplicáveis, também buscarão a renegociação do endividamento junto a credores não sujeitos a recuperação judicial, ressalvado, no entanto, que a renegociação com os credores não sujeitos somente será concretizada mediante acordos específicos entre as Recuperandas e os referidos credores, conforme aplicável (no entanto, para fins de clareza e transparência, tal fato é mencionado neste Plano), de acordo com a capacidade financeira. Com base nas propostas de pagamento, as Recuperandas se utilizarão de prazos e condições especiais para o pagamento de cada um dos credores, conforme previsto na cláusula 10 adiante.

(ii) Venda parcial dos bens:

De forma a fazer face à reestruturação que se faz necessária, as Recuperandas disponibilizarão para a alienação ativos fixos imóveis, conforme descritos na cláusula 7.1, isolados dos riscos

da sucessão tributária, previdenciária e trabalhista, exatamente como previsto na LRF. O produto arrecadado servirá para a manutenção das atividades empresariais das empresas e para o pagamento ordenado dos credores, conforme será exposto adiante. Para que ocorra a alienação dos ativos, poderão ser realizadas duas formas de alienação, com base no art. 142 da LRF e de acordo com a cláusula 8.

(iii) Equalização de encargos financeiros relativos aos débitos sujeitos de qualquer natureza:

As Recuperandas uniformizarão os encargos financeiros a todos os credores sujeitos, sendo certo que os credores têm plena ciência de que as taxas de atualização e juros incidentes sobre os seus créditos estão previstos neste Plano, em preferência as condições que deram origem aos seus respectivos créditos.

Para viabilizar a recuperação das empresas e a reversão do estado de crise, as Recuperandas propõem encargos que comportarão oferecer aos credores, conforme descrito aqui neste Plano.

(iv) Novação de dívidas do passivo sem constituição de garantia:

Este Plano novará todas as dívidas sujeitas a recuperação judicial das empresas Recuperandas, quais estão previstas para serem equalizadas em novos termos, de acordo com a proposta da cláusula 10 adiante. A novação de dívidas, prevista no art. 360 e seguintes do Código Civil, significa a substituição da dívida anterior por nova dívida, com a aprovação deste Plano. Deste modo, os credores têm plena ciência de que os valores, prazos, termos e/ou condições de satisfação dos seus créditos serão alterados por este Plano, em preferência as condições que deram origem aos seus respectivos créditos. Com a quitação de todos os débitos nos termos deste Plano, as garantias atuais vigentes em seus contratos serão extintas, exonerando-se as partes envolvidas.

7. ORIGEM DOS RECURSOS PARA O PAGAMENTO DOS CREDITORES

Conforme já exposto nas considerações iniciais e nas cláusulas 3, 4 e 5 anteriores, as Recuperandas disponibilizarão os recursos arrecadados com a alienação de ativos isolados e

distintos para o pagamento dos credores, consistindo no: (i) Imóvel Sede; (ii) Imóvel Jandira e (iii) Imóvel Barueri, a seguir identificados:

Caso essas alienações não venham a ser concretizadas, por falta de interessados em sua aquisição na alienação por propostas fechadas ou leilão, por lances orais a ser realizada ou por qualquer outro motivo que impeça a realização das mesmas ou ainda, essas alienações alcancem somente parte dos ativos propostos, as Recuperandas manterão as atividades como já vem realizando hoje, destinando parcelas fixas para o pagamento dos credores, tudo nos termos deste PRJ.

7.1 ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Os ativos (i) Imóvel Sede; (ii) Imóvel Jandira e (iii) Imóvel Barueri que serão alienados, estarão isolados dos riscos da sucessão tributária, previdenciária e trabalhista, exatamente como previsto na LRF, especialmente no seu art. 60, combinados diretamente ou por analogia aos art. 141 II, 142, 144 e 145, e na alteração ao Código Tributário Nacional feito pela LC 118, de 09/02/2005, com destaque ao disposto no seu art. 133, § 1º, inciso II.

O Imóvel Sede, apesar de ser ativo operacional, será substituído por um imóvel alugado pelas Recuperandas para a manutenção das atividades, sendo certo que no processo de reestruturação e mudança, as empresas também não mais utilizarão esse ativo.

Os ativos que serão alienados são:

Imóvel Sede: Imóvel comercial (parque fabril) localizado na Estrada Velha de Itu, nº 371, Itapevi – SP, matriculado sob o nº 82.910 perante o Cartório de Registro de Imóveis de Cotia – SP.

Imóvel Jandira: Imóvel comercial (galpão) localizado na Via de Acesso João de Góes, nº 1.895, Bairro Jardim Alvorada, Jandira – SP, matriculado sob o nº 29.067 perante o Cartório de Registro de Imóveis de Barueri - SP

Imóvel Barueri: Terreno com área de 14.770,00m², localizado na Rodovia Castelo Branco, km 28, sentido Capital-Interior, matriculado sob o nº 4.842 perante o Cartório de Registro de Imóveis de Barueri – SP.

Para fins de alienação dos ativos propostos, nas formas previstas na cláusula 8 adiante, será considerado como Valor de Venda, o montante total equivalente ao valor apurado pelo Laudo de Avaliação, que se encontra no anexo I deste PRJ, qual foi realizado por empresa competente e reconhecida por sua capacidade técnica no mercado para tal feito – e conforme previsto no art. 53 da LRF e que estão discriminados a seguir.

- (a) **Imóvel Sede:** R\$ 54.400.000,00 (cinquenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais);
- (b) **Imóvel Jandira:** R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais);
- (c) **Imóvel Unidade 725:** R\$ 10.400.000,00 (dez milhões e quatrocentos mil reais).

O somatório dos ativos perfaz o montante de R\$ 76.300.000,00 (setenta e seis milhões e trezentos mil reais). Os valores arrecadados com a alienação desses ativos deverão ser depositados em conta judicial, aberta junto ao Juízo da RJ e a destinação destes recursos ocorrerá em conformidade com a cláusula 8.3 adiante.

Para que ocorra a alienação dos ativos propostos, poderão ser realizadas duas formas de alienação, seguindo a ordem de preferência: (i) alienação através de processo competitivo por empresa especializada, que será indicada em até 30 (trinta) dias após a apresentação do presente PRJ, com base no art. 142, IV da LRF e nos termos da cláusula 8.1 adiante; e (ii) caso frustrada a alienação através de processo competitivo, haverá a alienação através de leilão com base no art. 142, I da LRF e nos termos da cláusula 8.2 adiante.

7.1.1 PARCELAS FIXAS

Destaca-se que as Recuperandas vêm mantendo normalmente as atividades, preservando os empregos dos funcionários, gerando renda e mantendo o valor da marca e ativos. Assim, caso por qualquer motivo não seja implementada a alienação dos ativos, seja na forma de

procedimento competitivo ou leilão, por lances orais, os credores serão pagos através da continuidade das operações das Recuperandas, através de parcelas fixas, nas condições e prazos estabelecidos neste PRJ.

7.2 CRIAÇÃO E ALIENAÇÃO DE UNIDADE PRODUTIVA ISOLADA - UPI

Como forma de incrementar as medidas voltadas à sua recuperação e facilitar o processo de alienação de seus ativos, As Recuperandas poderão alienar seus ativos para pagamento dos créditos por meio de UPI, considerando que 60% do produto da venda será destinado ao pagamento dos créditos. E os 40% restantes, serão investidos nas operações da empresa.

A UPI poderá ser composta (i) por 100% (cem por cento) da participação das Recuperandas; (ii) pela relação de ativos indicada na “cláusula 7.1”; (iii) acervo técnico e atestações no tocante à transferência para UPI que vier a ser constituída,

A UPI, à critério de seu adquirente, poderá buscar parceria ou acordos de cooperação com o Grupo Budai para participação em projetos.

7.2.1 AVALIAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO DA UPI

A UPI será alienada por valor ajustado ao seu valor mínimo, baseado por meio de estudo a ser designado para atribuir um valor de mercado, em dinheiro e à vista.

Caso não haja proponentes para aquisição em dinheiro, a UPI admitirá que os lances sejam realizados com créditos, de qualquer natureza no âmbito da recuperação judicial (“Creditbid”), até o valor de venda mínimo que será atribuído a UPI, o que deverá observar o seguinte:

(i) a proporção dos créditos para fins do Creditbid será de R\$ 1,00 (um real) em créditos, para cada R\$ 1,00 (um real) em dinheiro para composição da oferta; (ii) o Credor que decidir fazer o Creditbid para a UPI deverá necessariamente utilizar a totalidade de seus créditos que sejam aptos ao Creditbid, de sua titularidade ou de suas Afiliadas, para aquisição da UPI, sob pena

de ser desclassificado; e (iii) os eventuais créditos, aptos ao Creditbid ou não, que não forem utilizados pelo credor para fins de Creditbid – diante da limitação estabelecida –, serão automaticamente objeto de renúncia pelo credor e não receberão qualquer pagamento no âmbito do PRJ ou fora dele.

7.2.2. STALKING HORSE

Na hipótese de alienação de eventual UPI não haver lances em dinheiro – conforme previsto acima –, poderá ser estabelecida a estrutura de alienação da UPI com base na proposta âncora apresentada pelo Investidor para aquisição da Creditbid, ficando-lhe concedido (i) o direito de preferência para cobrir a melhor a melhor oferta; e (ii) multa de 5% (cinco por cento) caso não seja vencido no processo competitivo para ressarcimento das despesas de precificação do ativo (*break-up fee*), a ser paga em dinheiro e à vista, em até 5 (cinco) dias, contados da homologação da aquisição, sob pena de o proponente em questão ser desclassificado.

7.2.3. CREDITBID.

Não será aplicado deságio aos Créditos do Credor que eventualmente for vencedor do processo competitivo para aquisição da UPI a ser constituída, de modo que a oferta poderá ser composta pela integralidade dos Créditos detidos, sem que sejam aplicadas as condições de reescalonamento e deságio previstas no PRJ. Caso o eventual proponente seja vencido no processo competitivo, o Crédito será reestruturado na forma do PRJ, ficando registrada eventuais opções formuladas, conforme termos e prazos previstos no PRJ. Para fins de apresentação da proposta via *Creditbid* (i) o Credor fica dispensado de comprovar sua capacidade econômica, financeira e patrimonial, desde que comprove a titularidade dos Créditos que serão utilizados para compor a sua oferta; e (ii) os eventuais Créditos remanescentes que não forem utilizados pelo Credor para fins de *Creditbid* serão automaticamente objeto de renúncia pelo Credor, que não receberá os valores nas condições de pagamento no âmbito do PRJ.

8. FORMAS DE ALIENAÇÃO DOS ATIVOS

Os ativos e eventual Unidade Produtiva Isolada (UPI) poderão ser alienados através de processo competitivo ou através de leilão, com base no art. 142 da LRF e nos termos apresentados a seguir, aplicando-se os procedimentos ora elencados à venda dos ativos previstos nas cláusulas 7.1 e 7.2 anteriores. As alienações poderão ser feitas de maneira ordenada iniciando-se pelo Imóvel Sede e, assim, sucessivamente.

8.1 ALIENAÇÃO POR PROCESSO COMPETITIVO

O procedimento de alienação através de processo competitivo dos ativos ocorrerá com base no art. 142, inciso IV da LRF, conforme os procedimentos, condições e cronograma expostos a seguir.

8.1.1 PROCEDIMENTOS PARA ALIENAÇÃO POR PROCESSO COMPETITIVO

- (a) As Recuperandas elaborarão e peticionarão junto ao processo de recuperação judicial, solicitando ao Juízo da RJ, a homologação da empresa especializada que fará o processo competitivo, bem como a publicação do edital de convocação do processo competitivo cujos interessados deverão apresentar suas propostas aquisitivas ou dar lances. O edital necessariamente conterá: (i) prazo para a apresentação de propostas; (ii) forma e local de entrega das propostas; (iii) critérios para aprovação da proposta de aquisição; (iv) formas de pagamento; (v) valor mínimo; (vi) local e data de abertura dos envelopes; e (vii) descrição dos ativos;
- (b) A alienação por processo competitivo ocorrerá mediante lances ou a entrega, na sede da empresa especializada ou em site da referida empresa e sob recibo, de envelopes lacrados ou lances, a serem abertos ou declarados, no dia, hora e local designados no edital, lavrando a referida empresa o auto respectivo assinado pelos envolvidos;
- (c) Durante o prazo estipulado no cronograma a seguir, os interessados deverão entregar ou dar lances junto a referida empresa especializada e homologada judicialmente os seus lances ou as suas propostas pelos ativos que possuem interesse;
- (d) Os interessados na aquisição dos ativos deverão apresentar juntamente com a proposta de aquisição, um atestado de capacidade financeira que demonstre que terá plenas condições financeiras para cumprir com a proposta ou lance apresentado;

- (e) Será declarada vencedora o lance ou a proposta de aquisição que resultar no maior valor presente. Caso existam propostas a prazo, serão trazidos a valor presente os pagamentos futuros, com base no IPCA, vigente na data de apresentação das propostas ou dos lances;
- (f) Com a homologação da alienação através do processo competitivo, o vencedor deverá realizar o depósito do valor integral ou do sinal, de acordo com a proposta apresentada, em conta judicial vinculada ao processo de recuperação judicial;
- (g) Com o depósito judicial, serão expedidos os documentos necessários para transferência definitiva ou provisória dos ativos para pessoa física ou jurídica a ser indicada pelo vencedor;
- (h) Observadas as formalidades legais, os valores depositados em conta judicial, conforme item (f) acima, serão liberados para o cumprimento do plano conforme a cláusula 10 adiante;
- (i) Caso no prazo estipulado no cronograma a seguir não ocorra apresentação de propostas de aquisição ou lances ou estes não atendam as condições estabelecidas, iniciará automaticamente o procedimento de alienação através de leilão, por lances orais, nos termos da cláusula 8.2.

8.1.2 CRONOGRAMA DE ALIENAÇÃO POR PROCESSO COMPETITIVO

- (a) A petição para a publicação do edital de alienação por processo competitivo deverá ser realizada pelas Recuperandas em até quarenta e cinco dias após a Data da Homologação;
- (b) Os interessados terão o prazo de trinta dias, a contar da publicação do Edital, para a apresentação de propostas ou lances vinculantes junto à referida empresa especializada contratada para esse fim;
- (c) O proponente declarado vencedor terá o prazo de até cinco dias da data da homologação de sua proposta para realizar o depósito judicial, nos termos da proposta por ele apresentada.

8.1.3 CONDIÇÕES PARA PROPOSTAS DE AQUISIÇÃO

Serão consideradas válidas as propostas de aquisição que obedecerem às seguintes condições:

- (a) O valor mínimo de oferta para aquisição será de 100% (cem por cento) do valor apurado no Laudo de Avaliação ou o a maior proposta recebida que supere o valor do Laudo de Avaliação, a ser pago em moeda corrente nacional;
- (b) Em caso de propostas com pagamentos a prazo, o proponente deverá prestar garantia idônea que cubra o valor da transação, e essas não poderão prever prazo superior a doze meses, exceto se o Juiz da RJ autorizar prazo maior, com valor mínimo de sinal à vista de 30% (trinta por cento) do valor total ofertado, corrigidos pelo IPCA vigente na época;
- (c) Todas as demais condições para a alienação dos ativos estarão expostas no Edital a ser apresentado pelas Recuperandas.

8.2 ALIENAÇÃO POR LEILÃO

Caso por qualquer motivo não ocorra a alienação por processo competitivo de algum(ns) dos ativos propostos, as Recuperandas deverão realizar a alienação através de leilão para os ativos remanescentes, nos termos estabelecidos neste item.

O procedimento da alienação através de leilão dos ativos ocorrerá com base no art. 142, inciso I da LRF, conforme os procedimentos, condições e cronograma expostos a seguir.

8.2.1 PROCEDIMENTOS PARA ALIENAÇÃO POR LEILÃO

- (a) As Recuperandas, ou profissional especializado por ela indicado, elaborarão e peticionarão junto ao processo de recuperação judicial, solicitando ao Juízo da RJ, a publicação de novo edital, agora de convocação de leilão que deverá ocorrer em dois momentos distintos, como abaixo explicitado, de acordo com o art. 142 § 3º. O edital necessariamente conterá: (i) critérios para aprovação da proposta de aquisição; (ii) formas de pagamento; (iii) valor mínimo; (iv) local e data do leilão; e (v) descrição dos ativos;
- (b) No leilão, será declarada vencedora a proposta de aquisição que resultar no maior valor presente. Caso existam propostas a prazo, serão trazidos a valor presente os pagamentos futuros, com base no IPCA, vigente na data do leilão;

- (c) Com a homologação da alienação através de leilão o vencedor deverá realizar o depósito do valor integral ou do sinal, de acordo com a proposta apresentada, em conta vinculada ao processo de recuperação judicial;
- (d) Com o depósito judicial, serão expedidos os documentos necessários para transferência definitiva ou provisória do ativo para pessoa física ou jurídica a ser indicada pelo vencedor (carta de arrematação ou adjudicação);
- (e) Observadas as formalidades legais, os valores depositados em conta judicial, conforme item (c) acima, serão liberados para o cumprimento do plano, conforme a “cláusula 10”, a seguir;
- (f) Caso não haja a apresentação de proposta de aquisição para algum(ns) dos ativos dentro da primeira hasta ou as propostas não atendam as condições estabelecidas na cláusula 8.2.3, será realizada a segunda hasta pública nas datas marcadas no edital;
- (g) Na segunda hasta não serão aceitos lances inferiores a 80% (oitenta por cento) do valor de avaliação.
- (h) Caso novamente na segunda hasta pública não ocorra apresentação de propostas de aquisição ou estas não atendam as condições estabelecidas, as Recuperandas poderão continuar tentando aliená-los após o término do prazo estipulado na cláusula 8.2.2. Caso venha a ocorrer alguma alienação em prazo posterior, os credores serão pagos nos mesmos termos da “cláusula 10”.

8.2.2 CRONOGRAMA DE ALIENAÇÃO POR LEILÃO

- (a) A petição para a publicação do edital de leilão deverá ser realizada pelas Recuperandas em até quinze dias após o término do procedimento de alienação através de propostas fechadas;
- (b) O edital de alienação através de leilão, por lances orais deverá prever prazo de trinta dias para a apresentação das propostas de aquisição para a primeira hasta pública, e, após, mais trinta dias para a segunda;
- (c) O proponente declarado vencedor terá o prazo de cinco dias, a contar da data da homologação de sua proposta para realizar o depósito judicial, nos termos da proposta por ele apresentada.

8.2.3 CONDIÇÕES PARA PROPOSTAS DE AQUISIÇÃO

Serão consideradas válidas as propostas de aquisição que obedecerem às seguintes condições:

- (a) O valor mínimo de oferta para a primeira hasta pública será de 90% (noventa por cento) do valor apurado no Laudo de Avaliação e para a segunda hasta pública será de 80% (oitenta por cento) a ser pago em moeda corrente nacional;
- (b) Em caso de propostas com pagamentos a prazo, o proponente deverá prestar garantia idônea que cubra o valor da transação, e estas não poderão prever prazo superior a doze meses, exceto se o Juiz da RJ autorizar prazo maior, com valor mínimo de sinal à vista de 30% (trinta por cento) do valor total ofertado, corrigidos pelo IPCA vigente na época;
- (c) Caso as Recuperandas recebam, independente do motivo, propostas para aquisição de algum dos ativos em valores inferiores ao valor mínimo de oferta para aquisição, conforme descrito no item (a) acima, o Juízo da RJ poderá autorizar a venda por valor inferior ao previsto, nos termos do artigo 142, § 2º, V, da Lei n. 11.101/2005;
- (d) Todas as demais condições para a alienação dos ativos estarão expostas no Edital a ser apresentado pelas Recuperandas.

8.3 DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Conforme exposto na cláusula 7.1 anterior, os recursos oriundos da alienação dos ativos serão depositados diretamente em conta judicial ao dispor do Juízo da RJ e assim que estiverem disponíveis, serão transferidos para conta corrente em nome das Recuperandas, mediante a expedição de um único alvará judicial, que farão diretamente a distribuição dos valores entre os credores, conforme as propostas de pagamento detalhadas a seguir, bem como para o pagamento de credores não sujeitos a recuperação judicial. Para que ocorra dessa forma, as Recuperandas deverão prestar contas ao Sr. Administrador Judicial e ao Juízo da RJ da utilização dos valores.

Caso o Juízo da RJ assim não entenda ser conveniente, serão expedidos alvarás judiciais a cada um dos credores trabalhistas e quirografário para a satisfação dos créditos, sendo que, caso haja sobra de recursos ao final de todos os pagamentos, de acordo com a proposta da

cláusula 10 a seguir, será levantado um único alvará judicial do saldo remanescente, em titularidade das Recuperandas, que utilizarão os recursos para o pagamento de credores não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, bem como para reforço de caixa. As Recuperandas não se responsabilizarão pelos levantamentos que serão feitos pelos credores ou pelos seus patronos. O comprovante de levantamento de cada um dos credores constituirá prova de quitação das obrigações das Recuperandas com o respectivo crédito e credor, bem como os comprovantes de transferência em nome dos credores ou de seus patronos com poderes para receber e dar quitação.

9. RESUMO DA LISTA DE CREDITORES DAS RECUPERANDAS

Resumo da lista de credores do Sr. Administrador Judicial, conforme o art. 7º, § 2º da LRF:

Composição da lista de credores consolidada por classe					
Classe	Valor	Valor (R\$)	Valor (US\$)	Valor (EUR)	Total (R\$)
Classe I - Credores Trabalhistas		-	-	-	37.905.962,83
Classe II - Credores com Garantia Real	-	-	-	-	-
Classe III - Credores Quirografários		-	-	-	3.317.436,97
Classe IV - Credores ME e EPP		-	-	-	160.529,65
Total					41.383.929,45

10. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES COM A ALIENAÇÃO DOS ATIVOS

Os credores têm plena ciência de que os valores, prazos, termos e/ou condições de satisfação dos seus créditos estão previstos neste Plano, em preferência as condições que deram origem aos seus respectivos créditos.

Diante disso, este PRJ reflete condições econômicas e financeiras favoráveis, tendo em vista que (i) serão utilizados parte dos ativos das Recuperandas para o pagamento do passivo; (ii) o pagamento dos créditos sem a alienação dos ativos levaria necessariamente a quebra e a falência das empresas e (iii) a alteração dos valores, prazos, termo e/ou condições de satisfação dos créditos, nos termos deste PRJ, é a única forma possível e real de permitir que todos os credores recebam algum valor, ainda que parcialmente.

10.1 PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES TRABALHISTAS

Fonte de recursos: (i) prioritariamente com os recursos arrecadados com a alienação do “Imóvel Sede”, sendo observado o previsto nas cláusulas 7.1 e 8 deste Plano.

Forma de pagamento: as Recuperandas farão o pagamento a este grupo de credores na conta bancária do respectivo Credor, ou também mediante expedição de alvarás judiciais, nos termos da cláusula “10.4”.

Proposta de pagamento: (i) receberão 100% de seus créditos relativos a verbas rescisórias de natureza salarial, a saber: saldo de salário, férias vencidas, férias proporcionais, 1/3 sobre férias, décimo terceiro salário, horas extras, DSR, adicionais de insalubridade ou periculosidade bem como todos os seus reflexos, no prazo legal de até 12 meses contados da data da homologação do plano de recuperação judicial, prorrogável por mais 2 (dois) anos nos termos do artigo 54, § 2º, da Lei 11.101/2005; (ii) receberão 40% de seus créditos relativos a verbas rescisórias de natureza indenizatória, a saber: Multa do artigo 477 da CLT, Multa do artigo 467 da CLT, Multa sobre o FGTS depositado de 40%, Dano Moral, Multas previstas em Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo, Multa por inadimplência em acordo judicial ou extrajudicial, entre outras mais, desde que não sejam de natureza rescisória salarial, bem como todos os seus reflexos, no prazo legal de até 12 meses contados da data da homologação do plano de recuperação judicial 54, § 2º, da Lei 11.101/2005; e (iii) para todos os credores desta classe, fica estipulado o valor máximo de 150 salários-mínimos, para recebimento, nos termos do Enunciado 13 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e o valor que exceder será reclassificado para a Classe III, sendo sujeito às condições de pagamento nela prevista;

Caso por qualquer motivo não ocorra a alienação dos ativos ou havendo somente a alienação parcial, os valores que por ventura forem arrecadados e pagos aos credores, amortizarão, prioritariamente, os créditos com garantia real, sendo que somente após o pagamento integral dos créditos com garantia real, serão iniciados os pagamentos aos créditos trabalhistas e quirografários, conforme a cláusula 10.2 a seguir; ii) Caso haja saldo remanescente a ser pago aos credores desta classe, estes serão pagos de acordo com a Lei n. 11.101/2005 em parcelas fixas com recursos provenientes da geração de caixa futura das Recuperandas; (iii) caso

ocorra a alienação de ativos após os prazos de alienação aqui previstos, será apurado o saldo remanescente no momento da alienação e assim, amortizados os créditos.

10.1 PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES COM GARANTIA REAL

Fonte de recursos: (i) após os pagamentos dos credores trabalhistas, o saldo dos recursos arrecadados com a alienação dos ativos, sendo observado o previsto nas cláusulas 7.1 e 8 deste Aditivo ao Plano.

Forma de pagamento: as Recuperandas farão o pagamento a este grupo de credores na conta bancária do respectivo Credor, ou também mediante expedição de alvarás judiciais.

Proposta de pagamento: parte do saldo do produto arrecadado com a alienação dos ativos será destinado para o pagamento de 50% dos créditos com garantia real. Caso ocorra a venda parcelada dos bens, o valor de cada parcela será distribuído entre os credores de forma proporcional, ou seja, dividindo o valor de cada parcela proporcionalmente ao valor do crédito individual de cada credor, perante o volume total devido.

Com esse pagamento, os credores com garantia real outorgarão quitação em relação ao total dos seus créditos para nada mais reclamarem contra as Recuperandas.

Observação: (i) Caso por qualquer motivo não ocorra à alienação dos ativos ou havendo somente a alienação parcial, os valores que por ventura forem arrecadados e pagos aos credores, amortizarão prioritariamente somente 30% dos créditos com garantia real, sendo que somente após o pagamento de 30% dos créditos com garantia real, serão iniciados os pagamentos aos créditos quirografários, conforma a cláusula 10.2 a seguir; ii) Caso haja saldo remanescente a ser pago aos credores destas desta classe, estes serão pagos através da proposta de pagamento previstas na cláusula 10.3 abaixo, em parcelas fixas com recursos provenientes da geração de caixa futura das Recuperandas; (iii) caso ocorra a alienação de ativos após o início dos pagamentos previstos neste PRJ, será apurado o saldo remanescente no momento da alienação e assim, amortizados os créditos.

10.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES QUIROGRAFÁRIOS

Fonte de recursos: (i) saldo dos recursos arrecadados após o pagamento dos credores trabalhistas e credores com garantia real, sendo observado o previsto nas cláusulas 7.1 e 8 deste Plano.

Forma de pagamento: as Recuperandas farão o pagamento a este grupo de credores na conta bancária do respectivo Credor, ou mediante expedição de alvarás judiciais.

Proposta de pagamento: o saldo do produto arrecadado com a alienação dos ativos, descontado dos pagamentos dos credores trabalhistas e do pagamento aos créditos com garantia real, será destinado para o pagamento de 70% (setenta por cento) dos créditos quirografários. Caso ocorra a venda parcelada dos bens, o valor de cada parcela será distribuído entre os credores de forma proporcional, ou seja, dividindo o valor de cada parcela proporcionalmente ao valor do crédito individual de cada credor, perante o volume total devido.

Destaca-se que com base na lista de credores apresentada pelas Recuperandas e o valor mínimo previsto na segunda hasta de leilão, por lances orais, o produto da alienação será suficiente para o pagamento proposto. Com esse pagamento, os credores quirografários outorgarão quitação em relação ao total dos seus créditos para nada mais reclamarem contra as Recuperandas.

Observação: (i) Caso por qualquer motivo não ocorra a alienação dos ativos ou havendo somente a alienação parcial, os valores que por ventura forem arrecadados e pagos aos credores amortizarão apenas 20% dos créditos; (ii) Caso haja saldo remanescente a ser pago aos credores desta classe, este será pago através da proposta de pagamento previstas na cláusula XX abaixo, em parcelas fixas com recursos provenientes da geração de caixa futura das Recuperandas; (iii) caso ocorra a alienação de ativos após o início dos pagamentos previstos neste PRJ, o deságio proposto será aplicado sobre o saldo remanescente no momento da alienação; (iv) caso ocorra a alienação de todos os ativos e o valor arrecadado seja superior ao previsto neste Plano, o saldo de recursos após o pagamento proposto serão destinados exclusivamente para o pagamento de credores não sujeitos a recuperação judicial (credores parceiros; prestadores de serviço; advogados; contadores), para que as Recuperandas possam, além de pagar os credores sujeitos, também reduzir o passivo total.

10.3 PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES COM GARANTIA REAL E QUIROGRAFARIOS CASO OS BENS NÃO SEJAM ALIENADOS

Fonte de recursos: os recursos provenientes da geração de caixa futura.

Forma de pagamento: as Recuperandas farão os pagamentos na conta bancária do respectivo Credor.

Proposta de pagamento: serão pagos 20% (vinte por cento) dos créditos dos credores com garantia real e quirografários, em 120 parcelas mensais, consecutivas, após um ano de carência contados após a data de publicação da decisão homologatória do plano de recuperação que vier a ser aprovado pelos credores, corrigidos pela TR e acrescidos de juros de 4% ao ano.

Com esse pagamento, os credores quirografários outorgarão quitação em relação ao total dos seus créditos para nada mais reclamarem contra as Recuperandas.

10.4 DAS INFORMAÇÕES DAS CONTAS BANCÁRIAS PARA PAGAMENTOS

Os credores deverão informar ao Grupo Budai, em tempo hábil, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da data do primeiro pagamento por meio de comunicação por escrito endereçada à empresa ou por e-mail criado para este fim (rj@budai.ind.br), suas respectivas contas bancárias e a qualificação completa, para a finalidade da realização de pagamentos.

Os pagamentos que não forem realizados em razão de os Credores não terem informado suas contas bancárias da forma descrita acima não serão considerados como descumprimento do Plano e não haverá a incidência de juros ou encargos moratórios se os pagamentos não tiverem sido realizados em razão de os Credores não terem informado tempestivamente suas contas bancárias.

11. CAPITAL DE GIRO NECESSÁRIO

11.1. Conforme exposto nas considerações iniciais deste PRJ, as Recuperandas necessitam de capital de giro para concluir o processo de reestruturação necessário, bem como honrar com o pagamento dos custos e despesas diretas e indiretas com a mudança e instalação dos equipamentos na nova unidade a ser locada para realização de suas atividades após a venda do imóvel onde está instalada sua sede. Com a implementação deste Plano, será destinado às Recuperandas 10% (dez por cento) do produto arrecado com a alienação dos ativos,

respeitados os pagamentos prioritários previstos neste PRJ (residência do socio e família; credores trabalhistas; credores parceiros). O saldo do produto da alienação dos ativos será destinado ao pagamento dos credores.

11.2. Mecanismo de “Cash Sweep”: No caso da geração do caixa do “GRUPO BUDAI” apurado seja superior ao previsto nas Projeções Contábeis, as quais integram o presente Plano de Recuperação Judicial, 20% (vinte por cento) do excedente, doravante designado Fluxo de Caixa Disponível, será destinado ao pagamento acelerado dos credores da Classe III quirografários – Categoria Geral.

12. PASSIVO FISCAL

Fica prevista a destinação do produto arrecado com a alienação do “Imóvel Jandira” para a gestão do passivo fiscal das empresas, especialmente para o pagamento das parcelas iniciais dos parcelamentos fiscais existentes ou que vierem a ser publicados ou veiculados, e que melhor atenderem aos interesses das recuperadas. Apesar da regulamentação prevista na Lei 13.043/14 que incluiu na Lei 10.522/02 o parcelamento dos tributos com a Fazenda Nacional para empresas em recuperação judicial através do art. 10-A, o fluxo de caixa das Recuperandas não apresenta recursos suficientes para que possam aderir a tal parcelamento. No entanto, para conseguir aderir ou utilizar dos parcelamentos existentes ou que vierem existir, as Recuperandas definiram esse percentual para a administração de todo passivo tributário, seja federal, estadual, municipal e previdenciário. Logo, a reserva desse percentual da alienação dos ativos para a gestão do passivo tributário não implicará em reconhecimento ou em confissão de dívida fiscal. Também não vinculam as Recuperandas e nem o Fisco, servindo, apenas, de uma garantia para alienação dos ativos e para salvaguardar o Fisco. Por se tratar de credor não sujeito aos procedimentos da recuperação judicial, e por não ser uma proposta vinculante, caso, por qualquer motivo, não sejam aderidos aos parcelamentos e não sejam realizados os pagamentos ao Fisco previstos neste Plano, não será caracterizado descumprimento de obrigação assumida no Plano, nos termos § 1º do art. 61 da LRF.

13. CREDITORES COLABORADORES – AMORTIZAÇÃO ACELERADA

As Recuperandas, por entenderem ser essencial a manutenção de clientes, fornecedores e instituições financeiras vitais ao prosseguimento da sua atividade, proporciona, neste plano, aceleração do pagamento dos créditos detidos por tais credores com o objetivo de liquidar tais passivos de forma mais célere, propondo a aceleração da amortização, que ocorrerá a partir da data de publicação da decisão que homologar este Plano.

Poderão, ainda, as Recuperandas, em razão de eventual contrapartida comercial e/ou financeira favorável à otimização dos resultados da empresa, antecipar o fluxo de pagamentos ao respectivo Credor Colaborador aderente, observado o critério VPL (valor presente líquido).

Os credores fornecedores e clientes que continuarem fornecendo às Recuperandas ou comprando delas, viabilizando a continuidade de seus negócios e geração de caixa para pagamento de seu passivo, receberão seus créditos de forma acelerada. Para o recebimento dos valores a título de amortização acelerada, serão utilizados percentuais sobre as novas compras e vendas que as Recuperandas efetuarão, obedecendo às regras a seguir:

- (i) O período de apuração dos novos fornecimentos ocorrerá trimestralmente e a primeira apuração será calculada sobre as compras realizadas no primeiro trimestre a partir da Data Inicial e as demais sucessivamente a primeira;
- (ii) Os pagamentos das amortizações aceleradas serão pagos em até 30 (trinta) dias após o fechamento do trimestre de apuração. Assim, na primeira apuração trimestral, o pagamento poderá ocorrer até o final do quarto mês após a Data Inicial;
- (iii) Os credores fornecedores que realizarem novos fornecimentos com Prazo Médio inferior a 15 (quinze) dias, não terão direito a qualquer pagamento acelerado;
- (iv) Os credores fornecedores que realizarem novos fornecimentos com Prazo Médio mínimo de 15 (quinze) dias para pagamento, receberão 1% (um por cento) do valor total dos novos fornecimentos, como pagamento acelerado;
- (v) Os credores fornecedores que realizarem novos fornecimentos com Prazo Médio mínimo de 30 (trinta) dias para pagamento, receberão 2% (dois por cento) do valor total dos novos fornecimentos, como pagamento acelerado;
- (vi) Os credores fornecedores que realizarem novos fornecimentos com Prazo Médio mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias para pagamento, receberão 2,5% (dois e meio por cento) do valor total dos novos fornecimentos, como pagamento acelerado;

- (vii) Os credores fornecedores que realizarem novos fornecimentos com Prazo Médio mínimo de 60 (sessenta) dias para pagamento, receberão 3% (três por cento) do valor total dos novos fornecimentos, como pagamento acelerado;
- (viii) Os credores clientes que realizarem novas compras receberão 12% (doze por cento) do valor total das novas compras, como pagamento acelerado;
- (ix) Os pagamentos de amortização acelerada ocorrerão até a quitação integral do credor que participar desta condição e apenas enquanto durar o fornecimento ou a aquisição de produtos;
- (ix) Ressalta-se que as Recuperandas detêm total gerência sobre suas compras, ficando ao seu exclusivo critério, aceitar ou não as condições de fornecimento (preço, prazo, quantidade etc.) impostas pelo fornecedor e as condições de compra apresentadas pelos clientes;
- (x) Fica ajustado que antes da Assembleia Geral de Credores os fornecedores que assim desejarem, mediante subscrição do Termo de Adesão de Credor Fornecedor Colaborador ou Cliente Colaborador, que constitui parte integrante do plano de recuperação judicial, com o De Acordo e em conjunto com as Recuperandas.

13.2. Credores Financeiros Colaboradores

Os Credores Financeiros que se habilitarem a participar desta forma de aceleração da amortização destinarão novos recursos através de empréstimos para as Recuperandas ou limites para desconto de recebíveis.

Os montantes das tranches a serem fornecidas através de empréstimo não terão valor mínimo definido, embora fique a cargo da administração das Recuperandas aceitar a oferta dos Credores Financeiros.

Os contratos de empréstimo e/ou troca de recebíveis terão remuneração definida entre as partes, inclusive no que tange ao percentual que será destinado à amortização da integralidade do crédito sujeito aos efeitos da presente recuperação judicial, podendo ser admitida a compensação com recursos e/ou direitos pertencentes às Recuperandas, o que deverá constar no termo de adesão.

Os recursos deverão ser utilizados pela empresa exclusivamente para o fomento de suas atividades empresariais, visando a manutenção regular das suas operações e a geração de receita e resultado decorrente dela.

Fica ajustado que antes da Assembleia Geral de Credores os fornecedores que assim desejarem assinarão, com o De Acordo e em conjunto com as Recuperandas, o Termo de Adesão à Condição de Credor Financeiro Colaborador, que constituirá parte integrante do plano de recuperação judicial.

Os credores financeiros que se habilitarem a participar desta forma de aceleração de pagamento, destinando novos recursos financeiros através de novos empréstimos e fomentos para as Recuperandas após a Data Inicial, terão direito a 5% (cinco por cento) dos novos recursos para amortização acelerada de seu crédito sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial. Todas as condições de fornecimento (valor, prazo, taxas, garantias etc.) destes novos recursos, serão livremente negociadas entre as Recuperandas e seus credores, ficando sobre a exclusiva gerência das Recuperandas o aceite ou não das condições propostas. Os pagamentos de amortização acelerada ocorrerão até a quitação integral do credor que participar desta condição e tão somente enquanto durar o fornecimento.

14. SUCESSÃO E GRAVAMES

Os ativos que serão alienados estarão livres de quaisquer ônus, nos termos do art. 60 da LRF c/c art. 141, II, 142, 144 e 145 que remete à alteração ao Código Tributário Nacional feita pela LC 118, de 09 de fevereiro de 2005, no seu art. 133, § 1º, inciso II. Em nenhuma hipótese o(s) adquirente(s) e/ou arrendatário(s) sucederá(ão) as Recuperandas em qualquer das dívidas ou obrigações, inclusive as tributárias e trabalhistas, estando ou não relacionadas aos bens, direta ou indiretamente. Ademais, serão considerados desconstituídos todos e quaisquer ônus que recaiam sobre os bens, incluindo, sem limitação, as garantias outorgadas e quaisquer outros direitos adquiridos por qualquer Credor com relação aos bens ou aos recursos deles decorrentes, após o pagamento prioritário a esses credores. O adquirente pleiteará a competente carta de adjudicação ou de arrematação, que conterá expressamente que o referido

ativo está sendo adquirido sem qualquer sucessão cível, trabalhista e fiscal e que deverão ser baixados todos os gravames, penhoras e alienações existentes.

15. EFEITOS DESTE ADITIVO

15.1 CRÉDITOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os créditos em Moeda Estrangeira, que porventura venha existir, para o fim de determinação da taxa de câmbio aplicável, serão convertidos para a moeda corrente nacional de acordo com a PTAX 800, opção “Venda”, divulgada pelo Banco Central do Brasil no dia anterior ao pagamento.

15.2 VINCULAÇÃO DO PLANO

As disposições deste Plano vinculam as Recuperandas e os credores, bem como os respectivos cessionários e sucessores, a partir da Data de Homologação.

15.3 NOVAÇÃO

A inexistência de recurso com efeito suspensivo (ou ação judicial com mesmo efeito) interposto contra a Homologação do Plano acarretará a novação dos créditos concursais em relação as empresas Recuperandas. Mediante referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com as condições deste PRJ deixarão de ser aplicáveis, na forma dos art. 50, IX, da LRF e 360, I do Código Civil².

15.4 ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Caso todos os créditos sejam liquidados nos termos deste Plano através da alienação dos ativos, as Recuperandas poderão antecipar o pedido de encerramento do processo de recuperação judicial, ficando desincumbida de cumprir o prazo de supervisão judicial previsto

² Art. 360. Dá-se a novação:

I - quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior;

na Lei n. 11.101/2005, em respeito ao princípio da economia e celeridade processual e efetividade, lembrando que parte do saldo arrecadado com alienação dos ativos também deverão ser destinados ao pagamento das obrigações com a ilustre administradora judicial que ainda não foi fixada pelo digno Juízo da Recuperação judicial.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

As Recuperandas optaram pelo pedido de assistência e proteção da recuperação judicial prevista na LRF, essencialmente fundada e objetivando assegurar os meios de recuperação, nos seguintes aspectos:

- (a) A todos os créditos decorrentes de operações de fomento de qualquer natureza, comercial ou financeiro, realizadas após a distribuição do pedido de recuperação judicial será assegurada a condição de crédito extraconcursal para os fins dos privilégios na ordem de pagamento previsto nos art. 67 e 84 da LRF;
- (b) Na hipótese de conflito entre as disposições deste Aditivo Plano, as disposições do Plano Original e as obrigações das empresas previstas em contratos celebrados com qualquer Credor anteriormente a data do pedido de recuperação judicial, este Aditivo ao Plano prevalecerá;
- (c) Todos os anexos a este Aditivo ao Plano são a ele incorporados e constituem parte integrante do Aditivo ao Plano. Na hipótese de haver qualquer inconsistência entre este Aditivo ao Plano e qualquer anexo, o Aditivo ao Plano prevalecerá.

16.1 INVALIDADE PARCIAL

Se quaisquer cláusulas ou disposições deste Aditivo ao Plano forem declaradas nulas, ilegais, inexecutáveis ou inválidas sob qualquer aspecto, essa declaração não afetará ou prejudicará a validade das demais cláusulas e disposições, que se manterão em pleno vigor, eficazes e executáveis. Não obstante, nessa hipótese de invalidade, ineficácia ou inexecutabilidade parcial, as Recuperandas deverão rever este Plano para substituir as cláusulas e disposições consideradas inválidas, ineficazes ou inexecutáveis por outras que produzam, na máxima

extensão permitida pela lei aplicável, efeitos equivalentes, mantendo-se os efeitos daquelas que não foram declaradas inválidas, ineficazes ou inexecutáveis.

16.2 CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS

Uma vez aprovado o Plano, os credores concursais poderão ceder ou transferir livremente os seus créditos contra as Recuperandas, desde que observadas as seguintes condições: (i) que o crédito cedido, independentemente da cessão ocorrer por lei ou por contrato, estará sempre sujeito aos efeitos deste Plano, especialmente em relação às condições de pagamento, comprometendo-se o Credor cedente a informar ao cessionário a condição do crédito, sob pena de ineficácia em relação as Recuperandas; e (ii) a cessão somente terá eficácia, uma vez notificada as Recuperandas, a fim de direcionar os pagamentos previstos neste Plano ao devido detentor do crédito.

16.3 ENCERRAMENTO DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Com a implementação da alienação dos ativos propostos e o efetivo pagamento dos credores, nos termos deste Plano, as Recuperandas poderão solicitar o encerramento do processo de recuperação judicial junto ao Juízo da RJ, dando assim por encerrada e cumprida com todas as obrigações previstas neste documento.

16.4 LEI APLICÁVEL

Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste ao Plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil.

16.5 ELEIÇÃO DE FORO

Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este Plano serão resolvidas: (i) pelo Juízo da Recuperação, até o encerramento do processo de recuperação judicial; e (ii) pelos juízos competentes no Brasil ou no exterior, conforme estabelecido nos

contratos originais firmados entre as Recuperandas e os respectivos Credores, após o encerramento do processo de recuperação judicial.

Este Plano é firmado pelo representante legal das Recuperandas, assim constituído na forma dos respectivos Contratos Sociais e é acompanhado da página de assinaturas e do respectivo anexo.

São Paulo, 16 de agosto de 2024.

**Mario Jorge
Nyari**

Assinado de forma digital por
Mario Jorge Nyari
Dados: 2024.08.16 13:17:38
-03'00'

BUDAI INDUSTRIA METALÚRGICA LTDA - CNPJ/MF sob o n. 61.394.243/0002-27.

Mario Jorge Nyari

**Mario Jorge
Nyari**

Assinado de forma digital por
Mario Jorge Nyari
Dados: 2024.08.16 13:18:00
-03'00'

NYAÇO BENEFICIAMENTO DE METAIS LTDA - CNPJ/MF n. 57.462.574/0001-07.

Mario Jorge Nyari